

Ilusões eleitorais

WILSON FIGUEIREDO

O presidente da República escorregar nas pesquisas sem quebrar a perna e o candidato Luís Inácio da Silva ascender nas intenções alheias de votos são duas coisas distintas que podem ter utilidade múltipla, conforme sejam aproveitadas. Só enganam a quem quer ser enganado.

É da natureza eleitoral que candidatos se cruzem nas pesquisas – um descendo e outro subindo – mas pode ser mera coincidência. Nada impede um de descer e o outro de não subir. E até que os dois venham abaixo juntos. O presidente falou demais sobre aposentadoria e Lula bateu-lhe com mão destra a carteira de votos aposentados.

Na outra sucessão Lula exibiu um buquê de viçosas intenções de votos quando a candidatura Fernando Henrique ainda engatinhava sob os cuidados do presidente Itamar Franco. Veio subindo e, quando chegou mais perto, notou-se que Lula tinha ido parar lá embaixo. No entanto, Fernando Henrique não precisou tirar-lhe votos porque foi buscá-los na classe média, essa Emma Bovary nascida para as ilusões fatais e credenciada a grandes desilusões.

No fundo, porém, o fenômeno sem explicação se deveu mais à ilusão de ótica que à apropriação de votos alheios. Lula começou aquela campanha com capital inicial de 41% das intenções de votos, mas o candidato e o PT não se deram conta de que era bom naco do bolo pequeno. Nem perceberam o sobresalto da classe média. A sonegação dos eleitores nas pesquisas andava alta. A maioria silenciosa procuraria honrar o substantivo e o adjetivo que carrega.

Em suma, apenas metade do eleitorado antecipa o voto às pesquisas. Sendo assim, contemplado com 41% de mais ou menos 50%, Lula não passou de 20% do total dos eleitores. Teve de se contentar com menos da metade da metade do disponível, mas não se refez do golpe de misericórdia estatístico. Po-

de-se dizer que Luís Inácio perdeu a eleição, mas não votos.

Não há (nem pode haver) reciprocidade obrigatória entre o candidato que sobe e o que desce nas pesquisas. Há razões autônomas para subir ou descer, sem dar explicações um ao outro. Pelo menos no primeiro turno, intenções de votos não implicam compromisso, sem duvidar que são sinceras. Tanto podem ser gratuitos exercícios de simulação eleitoral, quanto namoro platônico do eleitor com o pretendente. Além de que nunca foi fácil resistir às tentações de trair, pois para isso o voto é secreto e intenções de voto gozam de sigilo profissional.

Não é por outra razão que as candidaturas se reservam para atender a uma classe média em expansão, dotada de uma cabeça feita pelo consumo. Esse eleitor guarda a lealdade para o segundo turno, nos casos em que a maioria absoluta não comparece no resultado do primeiro. O cidadão parte então de outras premissas para chegar à conclusão a que está fadado pela sua condição social.

Já no segundo turno, quando os dois finalistas batem de frente, o contribuinte se sente politicamente importante e verifica que o seu voto passa a contar em dobro. Se deixa de votar num deles, vale um voto a menos. Se sufraga o outro, vale um voto a mais. O segundo turno fica tão excitante quanto a bolsa de valores exposta aos ventos da globalização. O voto sobe de cotação e passa a valer por duas ações.

Falando claro, quem deixa de votar em Fernando Henrique não tem a obrigação de votar em Lula. Candidato que sobe e candidato que desce são autônomos. Quem está firme na intenção de sufragar Lula geralmente vem com ele desde as outras sucessões. É da natureza do eleitor de esquerda comboiar o candidato desde o berço. Pela mesma razão, o reeleitor de Fernando Henrique certamente votou nele na eleição anterior. Pode desistir dele agora mas dificilmente – se não encontrar um terceiro candidato – recorrerá a Lula. Co-

mo ninguém é obrigado a votar contra si mesmo, dificilmente um cidadão da classe média troca de candidato e de razões das quais não quer saber.

Esse dilema só é constrangedor para o pequeno-burguês. Quem estava com Fernando Henrique, quando começou a reeleição, não apreciava a companhia de Lula na sucessão deste ano. Logo, os que retiram (para efeito de pesquisa) a preferência por ele não se sentem à vontade para dar o seu voto ao PT. Pode ser pessoal sem deixar de ser social.

Eis a questão política: terá o eleitor suficiente razão para entregar de bandeja a Lula a intenção de voto confiscada a Fernando Henrique? Pelas mesmas ou por outras razões? Antes da campanha eleitoral, o cidadão é eleitor potencial. Fala em tese. Quem manifesta intenção de voto, além de fazer cortesia com o pesquisador, é geralmente a porção desinteressada do cidadão que não precisa fingir senão pela sua natureza social.

Sobrevive o eleitor que vai e volta em exercício de indecisão para confundir a pesquisa. Sem falar nos turrões cívicos, que dão largas ao prazer de votar contra. Gente de direita e de esquerda vota mais por exclusão que por outra razão. As razões de cada um continuam insondáveis e a legislação eleitoral não pede declaração de voto. Pede o voto e se dá por satisfeita.

Mas as pesquisas mantêm, além das duas mãos do trânsito, para ida e volta, o acostamento por onde costuma haver ultrapassagens que aumentam a sensação eleitoral do grande público. Depois que Fernando Henrique escorregou na aposentadoria e se estatelou nas pesquisas, Lula bateu a carteira dos aposentados mas não reparou que Ciro Gomes pegou mais três pontos preciosos no seu currículo de candidato. Três pontos que valem por trinta, dadas as circunstâncias. Está no acostamento, que é por onde se pratica a ultrapassagem nos grandes prêmios.